

Sem Testemunha

O depoimento do senador Antônio Carlos Magalhães na Comissão de Ética do Senado fez nítido contraponto com o segundo discurso do senador José Roberto Arruda: a distância entre eles, no mesmo pecado ético em que se envolveram, aumenta a cada dia. Enquanto Arruda precisou desdizer todo um discurso anterior, da tribuna do Senado, assumindo a culpa pelo pedido de lista nominal do voto secreto para a cassação do mandato de Luis Estevão, Antônio Carlos se distancia dele, cada vez mais, pelo controle emocional com que fala e responde.

O domínio do que tem a dizer, e diz sem teatralidade, deu a vantagem ao ex-presidente do Senado, que havia sido citado pelo ex-líder do governo como o autor do pedido da fraude. Arruda engrandeceu um crime para arrepende-se e causar efeito público. Foi efêmero. Antônio Carlos negou com firmeza, sem dividir responsabilidade com ninguém.

O eixo principal em torno do qual girou a inquirição de Antônio Carlos Magalhães no Conselho de Ética foi, como era previsível, o fato de ter sido posto a par da lista de votação, obtida de maneira fraudulenta, pelo próprio Arruda, que havia batido à porta da ex-diretora do Prodasen alegando a condição de intermediário do presidente do Senado. A expectativa se formou em torno de uma questão sem testemunha: seria a palavra de Arruda contra a de Antônio Carlos. O ex-líder do governo teve como testemunha auditiva dona Regina Borges, e mais ninguém.

O senador Antônio Carlos Magalhães, ao contrário do estilo explosivo, ao ser inquirido pelos seus pares foi sereno e convincente, falando ao coração corporativista da Casa de que é também inquilino pela vontade do eleitorado. Por que, ao ser informado da existência da lista e recebê-la num envelope fechado, abriu-a e inteirar-se do seu conteúdo, não se encheu de indignação com o atentado à ética e, ato contínuo, não iniciou uma ação punitiva do líder do governo? Este passou a ser o núcleo central de toda a ação punitiva a que se entrega o Senado, e Antônio Carlos foi acossado pelos seus pares para explicar a razão de não ter agido contra o senador Arruda, com a prova na mão.

A partir daí, a situação definiu-se e se encaminhava favoravelmente na conclusão da opinião pública, que admitiu como válidas — ainda que para discuti-las — as razões de não ter produzido um escândalo: o Senado nada teria a ganhar com a denúncia e punição do líder do governo pelo ato de programar a fraude e obter a lista dos votos secretos, valendo-se da sua condição de presidente do Senado perante a ex-diretora do Prodasen. O motivo político não tem prioridade sobre o motivo ético, mas pode ser discutido e avaliado. A omissão de responsabilidade na presidência é grave mas

não é desprezível o cuidado com a instituição.

É pela reputação do Senado, inclusive como referência histórica e importância política nos momentos culminantes da vida brasileira, que os senadores terão de acelerar as decisões pendentes, sobre as quais a nação como um todo concentra todas as atenções. Desta vez é do Senado, como instituição, que se ocupam e se preocupam os brasileiros. Há uma nota de apreensão sobre a maneira como reagirá a coletividade tradicionalmente corporativa em seus sentimentos e que se orgulhava, até recentemente, de não ter tido necessidade de cassar mandato de nenhum senador.

Desde, porém, que a CPI do governo Fernando Collor levou o presidente à cassação, obrigando-o a renunciar (sem livrar-se da perda de direitos políticos), a vida política passou a ter um parceiro que marcava presença eventual: a opinião pública tornou-se personagem permanente, como platéia e como protagonista. Não há como evitar a pressão da opinião pública, principalmente em matéria de exigência moral. A repercussão das denúncias é o espelho da vontade social, que os políticos e as instituições não podem mais desconhecer ou menosprezar.

Repetiu-se com intensidade na CPI do Orçamento, quando a vontade dos cidadãos moveu os representantes políticos a assumir a coragem de punir seus semelhantes como reverência à sociedade. E mais uma vez está acontecendo no caso do Senado, que começou com uma divergência pessoal entre o ex e o atual presidente, numa eleição que não encerrou o caso. A comissão de inquérito da Sudam está revelando irregularidades pressentidas há muito tempo e só agora deslindadas pela investigação do Executivo. Portanto, é a pressão da opinião pública que não se detém senão pelos limites da lei e que não se satisfaz senão com a verdade. Toda a verdade. E nada mais do que a verdade.

O presidente do Senado vem se esquivando aos fatos para não servir de alvo no fogo cruzado, mas a visão abrangente da sociedade situou no mesmo plano o exame dos três senadores: o ex-presidente, o atual presidente e o ex-líder do governo no Senado estão expostos à consideração dos senadores e neles os cidadãos fixam a atenção política. Estão sob exame do Senado mas num campo aberto, em que as opiniões cortam as conversas e o noticiário. Não há volta nesse caminho que, quanto mais curto, melhor para uma nação que vive a véspera de um ano eleitoral.

Não há tempo a perder com recursos evasivos. A nação quer apuração de tudo que está sob suspeita, sem cercear o direito de defesa de quem quer que seja. Mas a urgência é indispensável, para que as instituições não sejam oneradas por um custo extra. A omissão deixou de ser uma boa parceira e passou a ser companhia comprometedora do Senado.